

Acto da Segunda Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo, do
Câmara Municipal de Cabo Frio,
realizada no dia (11) de agosto
do ano de (1998) mil novecentos
e noventa e oito.

As dezessete horas do dia (11) de agosto do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito, sob a presidência do Vereador Waldir Maurício de Oliveira Neto, e com o comparecimento da Primeira Secretaria pelo Vereador José Graciliano Góes Filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Quirino Teixeira de Souza, Antônio Carlos de Carvalho Fernandes, Eduardo Barroso Kita, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Primorac, Brancus, falso dos Santos Nóbrega, Leopoldo Calvano, Alvaro Mendes Corrêa, Relton Roberto Ferreira de Souza, Silas Rodrigues Bento, e Valter Rodrigues do Vale. Aberto o número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus a seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ordem da Dia da Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento do rito regimental, abriu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constava do seguinte: Requerimento nº 080/98 de autoria do Vereador Quirino Souza, assunto: Solicito ao Superintendente Regional da TEERS, Sr. Flávio Antônio Pires, a instalação de um telefone comunitário na Rua Gonçalves, 255, Bairro Quina, Requerimento nº 081/98 de autoria do Vereador Manoel Justino da Silva Filho, assunto: Convidado o Sr. Ullomir de Castro Soárez, Diretor Presidente da Fazenda, a comparecer a esta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos sobre os projetos de melhoria do abastecimento e populacção, Requerimento nº 082/98 de autoria do Vereador Gustavo Antônio Primorac, Brancus, assunto: Convidado o Comandante do 25º Batalhão de Infanteria Motorizado de Cabo Frio, un. 01, Gilson da Costa, a comparecer a esta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos quanto aos planos de

combate à criminalidade em nosso Município. Requerimento nº 083/98
de autoria do Vereador Manoel Júnior do Silva Filho, assunto: Requer
mento ao Ministério Públia para apurar as irregularidades do CERS,
com relação aos serviços prestados à população. Requerimento nº
084/98 de autoria do Vereador Milton Roberto Góes da Souza, assunto:
Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Marcelo Henrique, a pavimenta
ção do trecho de acesso ao Aeroporto em construção em nossa
Cidade. Terminado o leito do Córrego, não havendo oradore in
centos para o uso da Sibyna, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos
para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apresentadas as seguintes
materias: Foram reiteradas com a anuencia do Presidente por ausência
de seu autor, os seguintes Requerimentos: Requerimento nº 080/98 e
081/98 Abertos os Requerimentos nº 082/98, 083/98, 084/98. Termi
nado o Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna
para o Explorarão Social, ouviu a Tribuna em Exploração Social
o Vereador Manoel Júnior do Silva Filho, que iniciou sua fala, abordan
do a questão das maiores práticas feita pelo CERS, que já foram lima
dos nos discursos anteriores. Disse que se a Câmara não trouxe
nenhum posicionamento em benefício da Comunidade contra os dan
os realizados pelo CERS, se honra a cumprir desta Empresa, uma
vez que a Comunidade não tinha condições de lutar de igual com
a reclusão. Disse que a população de Cabo Frio não tinha como mo
bilizar a Policia Militar como procedeu o representante máximo
do Poder Legislativo, usando das prerrogativas da Câmara Munici
pal, fazendo com que a reclusão encadeada pelo CERS com o efeito de
fingir na Câmara fosse verídica, e ainda, que representantes da Em
presa se deslocaram ali o Gabinete do Presidente do Legislativo pa
ra se desculparem das histórias encaladas pelo Empresario. Falou da im
possibilidade dos Deputados Estaduais, onde entregaram a CERS a
grupos privados, da mesma forma a CEME, devendo estar todos alter
ados as negociações para que a história não se repetisse com a CEME
trazendo mais histórias para a Comunidade cabofriense, incurando a
requeirada fala. O segui, ouviu a Tribuna em Exploração Social e Vira

do fôrmo dos bômbes Rondon, que iniciou sua fala elencando a gestâo da CERS, referindo-se a Bancado do PSDS na esfia do Legislativo Estadual como principal culpado pelo malas encadas pela Empresa, uma vez aprovada a sua privatizaçâo principalmente pelos parlamentares da base do PSDS. Disse que o Eriachis estava inadimplente com a CERS, assim, como com muitos dos seus fornecedores, fazendo com que esses pequenos imprezários abrissem mãos de seus bens, tendo que vendê-los para saldar suas dívidas uma vez que o Prefubro não consegue cumprir os compromissos. Disse que o corte da energia elétrica ocorrido na Câmara foi uma excepçâo, onde a CERS pensava estar cortando energia de algum órgão do Eriachis, uma vez que a Câmara se encontrava em dia com seus pagamentos. Finalizando, disse que o Eriachis tinha como característica principal a inadimplência, que assim procedendo fazia o caos para os pequenos fornecedores da nossa flumaio, por infilhamento, encerrando a seguir sua fala. A seguir, o Senhor Presidente descurvou sobre o fato ocorrido com a CERS, suspendendo o pronunciamento de Enverga elétrica para a Câmara, ato ilegal, Inconstitucional e imoral, violando aos Senhores Vereadores autorizaçâo para tomar providências, além das que já foram tomadas como cidadão e como representante do Legislativo Municipal, e que o mesmo devencia ser feito individualmente pelos Senhores Vereadores. Disse que os Parlamentares do Estado representantes da nossa região, como o Deputado Júlio Rosa, eram culpados pelas malas encadas pela CERS, e que tal fato ocorria com a CEME e nenhuma providência fora tomada, encerrando a seguir a presente sessão em nome de todos. E, para constar, manda que se lavejar a presente Sessão, que depois de feita, vindo a aprovação Plenária, Aprovado, não havendo para que produza efeitos legais.

>